



Produção de conhecimento e transformação:
o papel da extensão universitária

O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO CRIANÇA ESPERANÇA- BH

Amanda Lara de Lima¹
Ana Carolina de Castro Costa²
Ana Cláudia Bambirra Silveira³
Eduarda Drummond de Sales⁴
Érika Cristiane Inácio Salgueiro⁵
Fabíola de Lourdes Moreira Rabelo⁶
Isabella Moreira Lasmar⁷
Júnia Cecília Nunes Machado⁸
Kenya Raphaela Gomes Januário⁹
Talita Martins da Silva¹⁰
Valéria Freire de Andrade¹¹

-
- 1 Graduada em Psicologia pela PUC-MINAS, extensionista do Núcleo de Atenção Social do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte. amandalalima@gmail.com
 - 2 Graduada em Serviço Social pela PUC-MINAS, educadora social do Núcleo de Atenção Social do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte. anacarolina_decastro@hotmail.com
 - 3 Psicóloga, supervisora do Núcleo de Atenção Social do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte, mestranda em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. anabambirra@yahoo.com.br
 - 4 Graduada em Ciências Sociais pela PUC-MINAS, extensionista do Núcleo de Atenção Social do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte. duda_787@hotmail.com
 - 5 Graduada em Serviço Social pela PUC-MINAS, educadora social do Núcleo de Atenção Social do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte. kinhasalgueiro@yahoo.com.br
 - 6 Psicóloga, técnica do Núcleo de Atenção Social do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte. famrabelo@hotmail.com
 - 7 Graduada em Psicologia pela PUC-MINAS, extensionista do Núcleo de Atenção Social do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte. isabella-lasmar@hotmail.com
 - 8 Graduada em Psicologia pela PUC-MINAS, educadora social do Núcleo de Atenção Social do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte. junia.cecilia@hotmail.com
 - 9 Graduada em Psicologia pela PUC-MINAS, extensionista do Núcleo de Atenção Social do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte. kenyaraphaela@yahoo.com.br
 - 10 Graduada em Serviço Social pela PUC-MINAS, extensionista do Núcleo de Atenção Social do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte. tata_mf2005@yahoo.com.br
 - 11 Psicóloga, Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. valeriafreireandrade@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende problematizar a atuação de extensionistas no sentido de aprofundar a discussão acerca do papel da extensão e da universidade frente ao poder público e às políticas públicas. Busca, desta forma, oferecer subsídios à qualificação da atividade extensionista, sinalizando algumas possibilidades de intervenções, a partir do papel desempenhado por um projeto de extensão universitária, o Espaço Criança Esperança – BH.

Palavras-chave: Extensão universitária. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apontar reflexões sobre a nossa atuação de extensionistas no Núcleo de Atenção Social (NAS) do Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte (ECE-BH) na defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como problematizar as contribuições deste trabalho na implementação e execução de políticas públicas.

O Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte é fruto da parceria entre Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), UNESCO, Rede Globo de Televisão e Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH). Na estrutura organizacional da PUC Minas, o ECE-BH está vinculado ao ICA – Instituto da Criança e do Adolescente, núcleo integrante da PROEX – Pró-reitoria de Extensão. Dessa forma, o ECE-BH é um campo de extensão universitária da PUC Minas, e é um dos projetos de extensão que reforça o exercício da missão social da PUC. A extensão universitária da PUC Minas tem como missão contribuir para a formação científica e cidadã de alunos, professores, funcionários e comunidade em geral. O objetivo principal da extensão é que o conhecimento desenvolvido em seus cursos ultrapasse os muros da Universidade, promovendo assim, um diálogo entre os saberes: acadêmico e comunidades atendidas.

A partir desta concepção, a extensão universitária no ECE-BH é uma ação da PUC Minas que visa disponibilizar ao público externo o conhecimento adquirido do corpo discente com o ensino e a pesquisa. Nesse sentido, o diálogo entre a Universidade e a sociedade é a

diretriz norteadora na atuação dos extensionistas no ECE-BH.

A equipe do Núcleo de Atenção Social (NAS) é um dos núcleos do ECE-BH que conta com a participação de extensionistas de diferentes cursos. Além desses, a equipe é composta por profissionais das áreas de psicologia, serviço social, ciências sociais e educadores comunitários. Percebemos que o encontro de diversos saberes enriquece a formação e atuação junto às crianças, adolescentes e famílias. A partir daí conseguimos estabelecer diretrizes e critérios para que as ações contribuam significativamente nas vidas do público atendido. Para tanto, nós do NAS zelamos por reuniões e supervisões semanais de toda equipe, com o objetivo de discutir e refletir a respeito dos valores, pressupostos e paradigmas que embasam as atividades.

Portanto, é a partir das contribuições da Política de Extensão Universitária na produção do conhecimento que este estudo se propõe a sistematizar e problematizar as atividades do NAS via análise de experiências de extensionistas dos cursos de Psicologia, Serviço Social e Ciências Sociais junto às experiências de educadores sociais do NAS, visando assim, uma reflexão e releitura da prática desenvolvida, bem como a construção de um diálogo com a teoria.

2 A PRÁTICA DO EXTENSIONISTA NO NÚCLEO DE ATENÇÃO SOCIAL DO ECE-BH NA GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PREVISTOS NO ECA

Uma das frentes de trabalho desenvolvida por extensionistas no núcleo de atenção social é direcionado à formação humana de crianças e adolescentes do Aglomerado da Serra, e o objetivo é trabalhar com esse público através de oficinas educativas e rodas de conversa, buscando a construção de valores tais como a autonomia, cidadania, respeito, relações sociais, cooperação, etc. Essas atividades estão inseridas no eixo sociabilidade, que é um dos quatro grandes eixos temáticos propostos no funcionamento do ECE-BH. Os outros três grandes eixos são: esporte, cultura, aprendizagem, e estão diretamente ligados aos núcleos que compõem o Espaço. Assim sendo, quando uma criança ou um adolescente procura o ECE, ele frequenta oficinas desses quatro eixos, uma vez que objetivamos uma formação para a cidadania e não meramente o ensino de habilidades técnicas.

Dessa forma, cada turma passa por atividades diversas, todas elas relacionadas a cada um dos quatro eixos. Passados dois meses de atividades, essas crianças completam o que

chamamos de ciclo. Então, dentro dos mesmos eixos trocam de atividades. Exemplo: se a turma 1 fazia as seguintes oficinas: ballet (eixo cultura), natação (eixo esporte), fabricando (eixo sociabilidade) e oficina de ideias (eixo aprendizagem), depois de dois meses ela passará para: novas mídias (eixo cultura), esporte quadra (eixo esporte), Oficina de Famílias (eixo sociabilidade) e Labirinto (eixo aprendizagem).

O eixo sociabilidade é planejado e desenvolvido por extensionistas do NAS, alunos dos cursos de Psicologia, Serviço social e Ciências sociais, e conta também com o apoio e supervisão de três psicólogas. As atividades acontecem em duas oficinas, “Fabricando” e “Universo de Famílias”. A primeira oficina tem como objetivo discutir diferentes temáticas relacionadas à infância através de atividades lúdicas por meio de jogos cooperativos, construção de brinquedos com material reciclável e resgate de brincadeiras antigas. Já a segunda se propõe a discutir a temática “famílias”, através de reflexões sobre as diferentes estruturas familiares, os papéis sociais e as relações de gênero. Nesses dois espaços abordamos temáticas que perpassam a vivência das crianças, com o intuito de oferecer espaço de reflexão e socialização das mesmas.

Nesse sentido, um dos propósitos do Eixo Sociabilidade é desenvolver, através de oficinas com crianças de 6 a 8 anos, as demandas individuais e do grupo, a partir de temas norteadores de uma forma lúdica, sendo esta essencial para a aprendizagem e desenvolvimento de crianças dessa faixa etária. Estes temas norteadores são definidos de acordo com a perspectiva de trabalho do Eixo, sendo necessários para a socialização do indivíduo e sua atuação para com a sociedade, tendo em vista que seu crescimento enquanto ser humano baseia-se em grande parte na inserção de valores humanos.

Deste modo, garantimos que as oficinas ofereçam aos educandos uma educação mais integral e mais integrada. Buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários que em muito contribui para o desenvolvimento dos educandos não somente no que diz respeito às atividades desenvolvidas, como também para as relações sociais (com os colegas, educadores) e para a relação do educando com sua família, uma vez que traz segurança, conforto e o desenvolvimento da sua identidade.

Outros projetos desenvolvidos por extensionistas do Núcleo de Atenção Social são as atividades coletivas, como o Bonde Cultural, Subindo a Serra, Rodas de Conversa, Fórum da Criança e do Adolescente e CINE NAPS. Pode-se observar que de alguma forma, tais projetos contribuem para que os direitos sejam assegurados, haja vista que o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente é um dos instrumentos que auxiliam e dão base para as atividades realizadas neste núcleo. Nesse sentido, podemos afirmar que o trabalho dos extensionistas do

NAS contribui na garantia dos direitos das crianças e adolescentes previstos no artigo 53º da Lei Federal 8.069/1990 – ECA que determina: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Essas atividades citadas acima trazem para o público atendido a possibilidade do conhecimento de tais direitos e deveres, e, para, além disso, é proporcionado aos mesmos, a própria prática, uma vez que nestas são desenvolvidas atividades de lazer, esporte e trazem reflexões acerca do respeito mútuo, da convivência familiar e comunitária, da cultura, profissionalização, educação, dignidade, liberdade, como previstos no ECA (1990).

Cabe salientar que as atividades realizadas dentro do Núcleo de Atenção Social (NAS) são pensadas e elaboradas de acordo com as demandas expostas pelos educadores do ECE-BH. Dessa forma, pode-se observar a importância da articulação entre os educadores que compõem o ECE-BH, realizando um trabalho transversal.

Nessa perspectiva, a transversalidade tem como objetivo integrar os eixos de atuação do ECE-BH - Social, Educação, Esporte e Cultura - através de oficinas que irão trabalhar temas transversais, como uma forma de romper com a perspectiva do aprendizado isolado, abrangendo o conhecimento de forma integral. Esse modo transversal de se trabalhar permite que as crianças e adolescentes tenham uma posição mais ativa na vida social, sendo capazes de eleger critérios de ação. Segundo Garcia (s/d):

Considera-se a transversalidade como o modo adequado para o tratamento destes temas. Eles não devem constituir uma disciplina, mas permear toda a prática educativa. Exigem um trabalho sistemático, contínuo, abrangente e integrado no decorrer de toda a educação. (GARCIA, s/d, p. 01).

Assim, os temas transversais são a principal estratégia para realizar a transversalidade, e podem ser concebidos como um modo de trabalho que reintegra aspectos antes separados uns dos outros pelo tratamento disciplinar. Através de um trabalho transversal e interdisciplinar, busca-se assim, alcançar uma visão mais ampla e adequada da realidade, integrando as oficinas do Espaço a partir de um tema norteador, para que se fortaleça o trabalho realizado com as crianças e adolescentes que compõem o ECE – BH.

Visando que o objetivo do NAS é justamente atender aquelas crianças, adolescentes e suas famílias que estão em extrema vulnerabilidade social e com direitos violados, torna-se interessante destacar qual é o objetivo de cada uma das atividades descritas acima.

O CINE NAPS objetiva a criação de um espaço para reflexões e discussões sobre produções cinematográficas. A Roda de Conversa é o momento em que se fomenta

discussões, reflexões e construção de temáticas que priorizam as vivências dos educandos do ECE-BH. São realizadas produções relacionadas ao que foi discutido.

O Subindo a Serra propõe a realização de vivências em espaços públicos do Aglomerado da Serra, bem como possibilitar aos mesmos o acesso e apropriação desses espaços. Tal atividade é utilizada também para discussão de temáticas trazidas pelos próprios educandos e de compartilhamento de opiniões entre os mesmos. O Bonde Cultural consiste em realizar vivências e visitas a espaços e eventos culturais com a utilização do transporte público junto a adolescentes moradores da comunidade. Além de conhecerem tais espaços e aprenderem a cerca de temas e exposições variadas, os jovens têm a possibilidade de obter maior autonomia para se movimentarem dentro do espaço urbano no qual estão inseridos.

Tanto o Subindo a Serra, quanto o Bonde Cultural estão em consonância com a proposta do artigo 75 do ECA (1990), que consiste em: “Toda criança ou adolescente terão acesso às diversões e espetáculos públicos classificados para a sua faixa etária.”

De outro lado, existe ainda uma mobilização de um grupo tanto de crianças quanto de adolescentes para o *Fórum da Criança e do Adolescente* da Regional Centro-Sul da capital mineira, que paralelamente ao ECA (1990), tem o objetivo de promover e contribuir em ações para a efetivação dos direitos e deveres das mesmas. Este fórum acontece a cada 2 (dois) meses e, são discutidas temáticas propostas pelos próprios membros, em que eles mesmos propõem formas diferenciadas de abordarem os temas. A partir dessa participação no Fórum, os membros se tornam multiplicadores das temáticas e, assim, têm a possibilidade de divulgar às demais crianças e adolescentes que não estiveram presentes.

Além disso, como o espaço dessas atividades oferece convivência, socialização e diálogo, conseguimos muitas vezes escutar e observar crianças que venham apresentando algum direito violado, intervindo com essa criança na oficina e levando o caso para uma outra frente de trabalho do NAS: o acompanhamento integral.

O acompanhamento integral do NAS é um trabalho sistematizado, direcionado às crianças, adolescentes e seus familiares que estão vivenciando situações extremas de vulnerabilidade, violação de direitos ou em cumprimento de medidas socioeducativas. O trabalho vem sendo realizado com as famílias do Aglomerado da Serra, cujas crianças e adolescentes freqüentam o ECE-BH e estão sofrendo violações de direitos ou que são encaminhadas pela Rede de Atenção e Proteção à Criança e Adolescente. Atualmente, sessenta e quatro famílias estão sendo acompanhadas, sendo que, desde o início desse trabalho, já se passaram em média 300 famílias.

O extensionista do NAS também contribui com esta frente de trabalho. Além de

identificar demandas de acompanhamento no desenvolvimento das ações explicitadas acima, o extensionista também realiza o acompanhamento integral. As ações são desenvolvidas de forma conjunta entre estudantes da PUC Minas, dos cursos de Psicologia e Serviço Social, com auxílio de um educador comunitário, além da participação de técnicos e da supervisão do Núcleo de Atenção Social.

Além desses diferentes atores, o acompanhamento integral conta com a dimensão do trabalho em Rede, visando à articulação com instituições do Estado em busca de garantir os direitos sociais básicos das crianças, adolescentes e seus familiares, o que inclui o encaminhamento com acompanhamento, discussões de casos e parcerias com a rede de serviços e bens governamentais e não governamentais. As ações dessa dimensão resultam numa contínua interlocução com os órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente e visam fortalecer a rede de atenção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Compreendemos que pensar "em rede" significa desconstruir uma forma de conceber o sujeito como um alvo único da intervenção, e o profissional como o único recurso possível.

Portanto, esses são os eixos de trabalho do NAS e suas bases e concepções, que estruturam as ações. Muitos objetivos já foram alcançados, mas certamente ainda há muitos desafios pela frente, entre eles a maior clareza de como o trabalho de extensão universitária tem contribuído com a implementação e execução de políticas públicas. Para tanto, levantamos alguns questionamentos e problematizações abaixo.

3 O NÚCLEO DE ATENÇÃO SOCIAL DO ECE-BH E O DIÁLOGO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Por meio do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Atenção Social - NAS, citado acima, sugerimos que estas ações contribuem com o processo de implementação e execução de políticas públicas. No entanto, ainda não temos de forma clara como se constitui tal colaboração. Diante desta questão, apontaremos adiante algumas reflexões que podem nos ajudar a refletir sobre tal, a saber: As atividades oferecidas pelo NAS contribuem com as políticas públicas? A campanha do Criança Esperança tem provocado a criação e/ou alterações das políticas públicas?

Entretanto, tratar de política pública aponta para a necessária definição do termo antes de adentrarmos na discussão proposta. Para tanto, apresentaremos a seguir o conceito de política pública no intuito de facilitar esta discussão.

De acordo com Rocha (s/d), os homens são seres sociais e, em sua individualidade, possuem especificidades que os faz diferir uns dos outros. Para viverem, por sua vez, os seres humanos necessitam da convivência entre si e, para que isso se torne possível, surge a Política, que tem como principal objetivo “processar as diferenças entre as pessoas e possibilitar uma vida em comum.” (ROCHA, s/d, p.10). Quando se tem as sociedades modernas como foco, envolvem-se nesta esfera campos heterogêneos de disputas, que dizem respeito aos desejos e necessidades de vários grupos específicos, com temáticas variadas, que vão desde a classe social e gênero, à religião.

O desenvolvimento das sociedades industriais, somado às transformações econômicas, políticas e sociais que estão imbricadas nesse processo, fez com que a questão social ganhasse maior importância, uma vez que se vê crescer cada vez mais condições precárias relacionadas principalmente ao trabalho. Os ideais liberais baseados em critérios meritocráticos, dão cada vez mais ênfase ao aspecto individual, privado, com concentração e monopólio de renda, deixando de lado os aspectos coletivos e sociais. Assim, o Estado aparece como o principal responsável por produzir medidas públicas econômicas e sociais, de forma a produzir e distribuir bens e serviços sociais que possibilite o alcance dos direitos dos cidadãos. (CUNHA; CUNHA, s/d).

Nessa perspectiva, toda política está diretamente relacionada às questões públicas, isto é, relacionadas às pessoas que compõe uma sociedade e, naturalmente terá consequências para ela própria. As questões públicas se definem a partir de um limite, que é a própria cultura da sociedade que está inserida e, por isso, irá variar segundo sua trajetória histórica e suas necessidades. De acordo com Carlos Rocha (s/d), um claro exemplo disso pode ser retratado quando pegamos a relação entre pais e filhos. Recentemente, esta questão estava intimamente ligada à esfera privada, mas, a concepção de que a criança possui direitos, se tornou atualmente algo que deva ser assegurado publicamente, (ROCHA, s/d).

O Estado pode ser considerado como a instância máxima que representa poder, quem impõe regras de convivência social de uma determinada localização e dessa maneira, tem como uma de suas funções, manter a ordem dentro de uma sociedade. Assim, uma das formas que o Estado encontra para estabelecer e manter a ordem dentro de uma sociedade, vai se dar através das políticas públicas. Para Rocha (s/d),

[...] as políticas públicas referem-se a decisões governamentais projetadas para atacar problemas que podem estar relacionados, por exemplo, a política externa, saúde pública, proteção do meio ambiente, crime e desemprego, dentre outros. (ROCHA, s/d, p.13).

Assim, as políticas públicas surgem em consonância com as ideias expressas nos direitos sociais, civis e políticos, como uma forma de se legitimar e assegurar a igualdade entre as pessoas.

3.1 A extensão universitária no NAS e a implementação e execução de políticas públicas

Através das frentes de trabalho do NAS, acompanhamento integral e atenção psicossocial, que trabalham em prol da defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, constatamos a necessidade de um constante diálogo com a rede de atenção à criança e adolescente, seja ativando serviços, monitoramento ações, questionando práticas e realizando encaminhamentos na tentativa de conectarmos nossa atuação na produção das intervenções dos serviços afins.

Sugerimos que o nosso saber e fazer compartilhado aos demais serviços pertencentes às políticas públicas afetam o desenvolvimento dos mesmos, contribuindo na criação ou renovação destas. Tanto o acompanhamento integral, quanto a atenção psicossocial apresentam articulações frequentes com a rede citada, proporcionando assim, constantes contribuições para que os direitos das crianças e dos adolescentes possam ser preservados e garantidos.

A rede em questão é o conjunto articulado de instituições governamentais e não governamentais, operando para efetivar os direitos da criança e do adolescente. Para a efetividade desta rede, faz-se necessário que cada integrante desse sistema conheça as atribuições dos demais, o que possibilita a realização de um trabalho integrado e complementar na defesa desses direitos. Como afirma Fonseca e Diniz (2002) trabalhar em rede requer implicação de todos os atores envolvidos de forma que cada um aproprie-se de sua responsabilidade criando em conjunto alternativas possíveis e adequadas.

A composição dessa ampla rede, da qual fazemos parte contempla diversos serviços, programas e instituições, dentre estes: Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Promotoria da Infância e Juventude, Defensoria Pública, Centros de Saúde, Estabelecimentos de ensino, Delegacias especializadas, Conselhos dos Direitos da Criança e do adolescente, Abrigos, Programas executores das medidas socioeducativas em meio aberto, Centro socioeducativos de cumprimento das medidas socioeducativas em meio fechado, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, CREAS – Centro de Referência Especializado de

Assistência Social, PAEFI – Programa de Atendimento Especializado à Família e Indivíduos, GERED – Gerencia Regional de Educação e Secretaria do Estado, PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência sexual Infanto-Juvenil, ONG's.

Apesar de não sermos uma política pública, o trabalho que realizamos atua paralelamente aos serviços da rede explicitada acima, alguns executores dessas políticas, outros parceiros na efetivação do trabalho proposto por estas. Procuramos, a todo o momento, estabelecer ações conjuntas a fim de criar e repensar estratégias a favor da garantia dos direitos infanto-juvenis, com o objetivo de construir;

um espaço de convergência de vários atores sociais, todos incompletos, que precisam tecer uma articulação de esforços frente a objetivos definidos, ou seja, potencializar recursos com e para um público comum. (Amorim; Fonseca, 1999, p.17)

Paralelamente ao processo que avaliamos sermos colaboradores nesse trabalho em rede, para que as políticas públicas se concretizem, sejam criadas, reformuladas nos deparamos com um outro lado que expressa as limitações de tais políticas e ao mesmo tempo nos coloca nesse mesmo lugar, uma vez que há uma interrelação entre os componentes dessa rede. Não há como negar a fragilidade de muitos dos recursos oferecidos por essa rede como, por exemplo: desqualificação técnica, carência de determinados profissionais, falta de implicação de outros, a morosidade como esta por vezes apresenta, prejudicando assim a qualidade do atendimento ao público alvo desta política. Além disso, é evidente que há um contexto complexo fruto da desigualdade social que permeia nossa prática o que foge do alcance das políticas disponíveis para responder as reais demandas sociais.

Outro ponto que acreditamos que contribui com a implementação e execução de políticas públicas, diz respeito a credibilidade que damos a função das famílias como matriz fundamental do desenvolvimento humano, compreendendo que as famílias possuem um papel fundamental na garantia da proteção integral de crianças e adolescentes.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (artigo 5º- Lei 8.069, de 13 de julho de 1990).

O trabalho de intervenção junto às famílias acompanhadas pelo NAS busca promover o empoderamento e a autonomia dessas, provocando-as a posicionar-se diante de seus dilemas, conflitos e dificuldades. Observa-se que, atualmente, o conceito de empoderamento

tem sido empregado em diversas áreas do conhecimento. Entretanto, não é comum uma contextualização ao utilizá-lo, principalmente por se tratar de um termo polissêmico. Sendo assim, vale ressaltar que a noção de empoderamento proposta neste artigo está próxima a de autonomia e emancipação em que o indivíduo ou grupo, neste caso as famílias acompanhadas, são capazes de agir e decidir sobre as questões que lhes dizem respeito. Para Horochovski e Meirelles (2007), uma das definições de empoderar é “o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão”. (p.486)

As estratégias que visam o empoderamento de indivíduos e grupos surgiram com a construção dos direitos sociais e com a luta pela cidadania. Segundo Iorio (2002), a expansão do uso desse termo teve influência das grandes conferências mundiais dos anos 1990 nos debates sobre desenvolvimento. Assim, “o empoderamento é uma perspectiva que coloca as pessoas no centro do processo de desenvolvimento” (IORIO, 2002, p.26). Neste caso, pode-se correlacionar desenvolvimento com a saída da família da situação de extrema vulnerabilidade e/ou da situação de violação de direitos, público alvo do acompanhamento integral.

As ações que têm o intuito de provocar as famílias acompanhadas são pensadas de maneiras inventivas e criativas. Aquele que propõe a intervenção deve considerar que tudo que ocorre em uma família tem um significado e não é o interventor que possui a resposta para as questões dessa. Executar um trabalho de acompanhamento com as famílias requer escuta, compreensão, sensibilidade para que seja estimulado o passo autônomo de cada família, a fim de que esta possa construir saídas para seus próprios problemas. Pois, para além de fornecer possibilidades à família, é necessário considerar e deixar atuar a saída que a própria família possui acerca do que vivencia. Como cita Gomes (1992):

As pessoas da família e as que coordenam os trabalhos estão numa relação dialógica, onde todos têm a possibilidade de expor-se à mudança no processo de compreender o que está acontecendo. A troca de informações possibilita a descoberta de significados comuns. Esta é a atitude que considera a família como sendo capaz de, com a devida orientação, encontrar saídas para seus problemas, de forma a possibilitar a seus filhos desfrutar os seus direitos, conforme ditam os artigos 15 a 18, do capítulo II (ECA), que trata do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade da criança e adolescente. (Gomes, 1992, p.24)

Um exemplo é quando uma proposta de jogo ou técnica lúdica é desenvolvida com os membros familiares objetivando colocar em foco a influência que cada um exerce na manutenção dos problemas bem como na resolução destes. Tal processo possibilita a reflexão sobre suas próprias vidas, permitindo que repensem as formas de se organizarem em busca de

mudanças. Entretanto, para que seja viável o vislumbamento dessas possibilidades, é necessário que as famílias conheçam alguns caminhos.

Pensando nos problemas advindos da situação de vulnerabilidade e/ou violação de direitos, uma ferramenta que se torna muito cara àquele que acompanha a família é a informação, principalmente se tratando de direitos sociais. Acredita-se que ter conhecimento sobre os seus direitos, saber como e onde reivindicá-los é um grande passo para remover as barreiras que impedem o acesso a esses. Dessa forma, Iorio (2002, p.30) traz que “ter controle sobre informações é um elemento fundamental para o empoderamento. Com informações as pessoas, os grupos, têm uma oportunidade de sair da condição de “beneficiário” para ser um agente ativo do processo.” Mas, caminhamos sempre junto à seguinte indagação: Será que a reivindicação dos direitos por parte da família é garantia de obtê-los?

Pensando nessa questão com o objetivo de garantir o acesso aos direitos, paralelamente ao movimento que é estimulado a ser feito pela família, são realizadas ações conjuntamente aos outros serviços que compõem a rede de atenção e proteção à criança e adolescente. Espera-se que a intervenção com as famílias possa facilitar o processo de tomada de decisão quanto às suas vidas, mobilizando-as para que efetivem os seus direitos. Na medida em que as famílias se movimentam em busca de seus direitos as demandas tornam-se públicas, fazendo com que os serviços executores das políticas repensem suas ações. Além disso, as famílias representam um importante papel na comunidade ao exercerem função de multiplicadoras das informações sobre os direitos. Acredita-se que não tem como falar de política pública sem falar de parceria com as famílias. Dessa forma, o NAS acredita que o empoderamento destas famílias faz com que haja uma movimentação do resgate da capacidade de agir das mesmas facilitando o processo de proteção aos seus.

Além destas contribuições, acreditamos que a Campanha Nacional “Criança Esperança” também é um grande instrumento de provocação na implementação e execução de políticas públicas. A campanha iniciou-se dentro do Programa dos Trapalhões, na Rede Globo de Televisão, no ano de 1986. Teve forte repercussão social favorecendo a ampliação de discussões acerca do público infanto-juvenil. O Criança Esperança é reconhecido como um dos programas modelos pela Organização das Nações Unidas – ONU, promovendo ações de incentivo as políticas públicas, além de ter como foco a transformação social, o que se assemelha a uma das diretrizes previstas pelas políticas públicas.

A produção midiática emitida pela Rede Globo permitiu o desvelamento da violência e maus-tratos sofridos por muitas das crianças e dos adolescentes brasileiros, o que possibilitou o conhecimento da diversidade de realidades, situações e vivências que esse público enfrenta.

A exibição de tais matérias relacionadas ao contexto de violações de direito que permeia a história de vida desses indivíduos influenciou a mobilização da sociedade civil concomitantemente com o processo histórico, jurídico e de manifestações políticas ocorrido em meados da década de 80 acentuando o enfoque dado à proteção e defesa dos direitos infante-juvenis.

Desta forma, pode-se dizer que a mídia possibilitou a visibilidade social para uma questão problema que permeava o presente contexto da sociedade brasileira. Mafrá (2008) afirma que a visibilidade promovida pela mídia opera no sentido de sensibilizar a sociedade para as demandas e necessidades de determinados grupos fazendo com que a população reivindique os direitos e pressione o governo em agir em prol dos mesmos.

Através da mídia, projetos de mobilização podem não só ganhar visibilidade pública como também expandir a constituição de um novo público em formação. [...] pode potencializar e expandir as discussões no espaço público. (MAFRÁ, 2008, p. 40-41)

Vale lembrar que durante o lançamento de tal campanha foi divulgada a Declaração Universal dos Direitos da Criança contemplando a Doutrina da Proteção integral através da inclusão do art. 227 na Constituição Federal brasileira de 1988. A partir de tal doutrina as crianças e adolescentes que antes eram tidos em situação irregular, ou seja; tratados como “objetos de proteção” passam a ser considerados como “sujeitos de direitos”.

Este artigo trouxe nova concepção de criança e adolescente promovendo mudanças nas formas de lidar e se pensar sobre esse público. A partir da implementação desta lei é dado enfoque a garantia dos direitos e deveres de crianças e adolescentes que ganha força dois anos depois com a criação da Lei 8.069/1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, a criação do ECA (1990) inaugurou a concepção de criança e adolescente como sujeito de direitos; preconizando “a garantia ampla dos direitos pessoais e sociais”, como assinala, (RIZZINI 2002, p.80).

Desta forma, com a promulgação do ECA (1990) crianças e adolescentes passam a ser considerados sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, além de ser dada responsabilidade à família, ao estado e à sociedade para que assegurem aos mesmos os direitos fundamentais relacionados à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Assim, a campanha Criança Esperança incentiva o debate sobre políticas públicas, além de estimular a sociedade civil a discutir sobre a vulnerabilidade social e a violação dos

direitos das crianças e adolescentes brasileiros. Provocando um debate público sobre a pobreza e os riscos sociais, e convocando todo o país a compartilhar e assumir uma tarefa que é de responsabilidade de diferentes atores e setores sociais (poder público, sociedade civil e setor privado).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi exposto, vemos a importância da extensão no campo Espaço Criança Esperança -BH uma vez que possibilita a prática das teorias aprendidas no âmbito universitário, materializando teoria e conceitos – não enquanto aspecto formatado, mas – eclodindo na prática e co-construção da realidade única e peculiar a cada situação, elemento, indivíduo ou instituição. Portanto, traduz-se em compromisso social, pautado por princípios éticos e excedendo a mera aplicação do conhecimento produzido na universidade. Isto possibilita uma análise crítica quanto à aprendizagem universitária, haja vista que no campo prático a realidade social aparece de forma diferenciada. Na realidade em que ocorre tal prática, há muitas condições sociais desfavoráveis, já que se trata de uma região com alta vulnerabilidade social.

A relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, quando bem articulados, conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, e estudantes e professores constituem-se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos. A pesquisa e a extensão, em interação com o ensino, com a universidade e com a sociedade, possibilitam operacionalizar a relação entre teoria (DIAS, 2009).

Apesar das dificuldades encontradas, vemos a importância do trabalho realizado pelas extensionistas, uma vez que de uma forma ou de outra, auxiliam na garantia e na promoção dos direitos das crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, e, além disso, vemos como resultado a construção da autonomia para a busca de seus próprios direitos, contribuindo assim, com a implementação de políticas públicas.

Por fim, destacamos que o papel da Universidade é constituir-se em espaço de reflexão acerca das diferentes realidades e, dentro desse processo, refletir-se-ia o papel do Estado e de sua operacionalidade - as políticas públicas. E em se refletindo conjuntamente (Universidade/Estado), o papel extensionista se conjuga com o de contribuir com o conhecimento acadêmico nesta permanente redefinição da inter-relação público/privado,

repensando e introduzindo ferramentas para o estabelecimento, avaliação e implementação de políticas públicas.

Abstract

This work intends to discuss the role of extension in order to deepen the discussion about the role of the university extension and front of the government and public policy. Search, thereby offering support to the classification of extension activity, indicating some possible interventions, from the role of a university extension project, the Child Hope Space-BH.

Keywords: Continuing education. Public Policy.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Margarete; FONSECA, Maria Thereza N. M., “**Família e História**” Série Tudo Haver, PBH/ AMEPPE, Belo Horizonte, n.2, 1999.

BRASIL. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. **Estatuto da criança e do adolescente**. 3. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2001. 92p.

Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/noticia/2011/06/campanha-crianca-esperanca.html>>. Acesso em: 03 de julho de 2012.

FONSECA, Maria Thereza N. M; DINIZ, Silvana Garcia Miranda. **Trabalhando em rede nas políticas sociais**. Associação Municipal de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Belo horizonte, 2002.

GOMES, Heloísa Szymanski R. CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Cadernos de ação: trabalhando com famílias**. São Paulo: CBIA/Escritório Regional São Paulo, nº1, mar.1992.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Org.). **Psicologia jurídica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2004. 343 p.

HOROCHOVSKI, R.R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. **In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis. Anais**. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em 04 de julho de 2012

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. **In: Empoderamento e direitos no combate à pobreza** – Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 116 p. dezembro 2002

MAFRA, Rennan. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação – Mídia, comunicação estratégica e mobilização social**. Belo Horizonte; Ed. Autêntica, 2008.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. **Idéias dispersas sobre políticas sociais: uma breve definição**. Belo Horizonte, s/d.

ROMANO, J. O., ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. **In: Empoderamento e direitos no combate à pobreza** – Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 116 p. dezembro 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A trágica condição da política social**. IN: Política Social e Combate à pobreza. Segunda Edição; Jorge Zahar Editor. s/d.

SIMAN, Angela M. **Concepções teóricas sobre Políticas públicas: uma definição de políticas públicas**. IN: Políticas Públicas: a implementação como objetivo de reflexão teórica e como desafio prático. Belo Horizonte: UFMG, 1995.